

# Implementação da BNCC da educação física nas escolas municipais de ensino fundamental em Rio Grande/RS<sup>1</sup>

**BNCC implementation of the physical education in municipal schools of elementary education in Rio Grande/RS**

**Implementación del BNCC de educación física en escuelas municipales de educación primaria de Rio Grande / RS**



**Luciana Toaldo Gentilini Avila**

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

lutoaldo@msn.com



**Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves**

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

arissonvinicius@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi identificar o processo de implementação da BNCC nas escolas municipais de Ensino Fundamental da cidade do Rio Grande/RS. A produção de dados se deu por entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física. A análise foi realizada por meio da análise de conteúdo. Os resultados demonstraram esforço da secretaria competente em implementar a BNCC a partir da construção de um documento próprio do município, os aspectos positivos e negativos percebidos pelos professores em relação ao documento, assim como, a percepção de alguns professores sobre o ensino dos conteúdos propostos pela BNCC. Sugere-se a continuação dos estudos sobre essa temática, especialmente as implicações da BNCC na prática pedagógica do professor de Educação Física.

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular. Educação Física. Ensino Fundamental.

**Abstract:** The objective of this research was to identify the process of implementing the BNCC in municipal elementary schools in the city of Rio Grande/RS. Data production took place through semi-structured interviews with Physical Education teachers. The analysis was performed through content analysis. The results showed the effort of the competent secretariat to implement the BNCC from the construction of a document for the municipality, the positive and negative aspects perceived by teachers in relation to the document, as well as the perception of some teachers about the teaching of the contents proposed by the BNCC. The continuation of studies on this theme is suggested, especially the implications of the BNCC in the pedagogical practice of the Physical Education teacher.

**Keywords:** Common National Curriculum Base. Physical Education. Elementary Education.

**Resumen:** El objetivo de esta investigación fue identificar el proceso de implementación del BNCC en las escuelas primarias municipales de la ciudad de Rio Grande / RS. La producción de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con profesores de Educación Física. El análisis se realizó mediante análisis de contenido. Los resultados evidenciaron el esfuerzo de la secretaría competente para implementar el BNCC a partir de la construcción de un documento para el municipio, los aspectos positivos y negativos percibidos por los docentes en relación al documento, así como la percepción de algunos docentes sobre la docencia de los contenidos propuestos por el BNCC. Se sugiere la continuación de estudios sobre este tema, especialmente las implicaciones del BNCC en la práctica pedagógica del docente de Educación Física.

**Palabras-clave:** Base de currículo nacional común. Educación Física. Educación Primaria.

Submetido em: 07-08-2021

Aceito em: 02-11-2021

## Introdução

O documento publicado referente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC serve como referência nacional às instituições de ensino público e privado da Educação Básica construir ou revisar seus currículos (BRASIL, 2017a). Desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), há a previsão da criação de uma base curricular comum que fixe os conteúdos mínimos de aprendizagem para o Ensino Fundamental. No documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010), há a indicação da criação de uma Base Nacional Comum para a Educação básica, assim como na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação Brasileira – LDB (BRASIL, 2013) consta a criação de uma Base Nacional Comum para toda a Educação Básica.

O documento homologado pelo Ministério da Educação no ano de 2017 (BRASIL, 2017a), referente a BNCC, explicita as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da Educação Infantil e Ensino Fundamental. No documento, as competências são entendidas como a “[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2007a, p. 8). E, para cada componente curricular das diferentes áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso), são garantidas, por meio das habilidades que estão relacionadas aos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos), organizados em unidades temáticas.

A Educação Física está presente na BNCC a partir do Ensino Fundamental. Além das 10 competências específicas apresentadas no documento e traduzidas como os direitos de aprendizagem dos alunos, estão expostas as unidades temáticas a serem traba-

lhadas em cada ano do Ensino Fundamental: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura (BRASIL, 2017a).

Nesse sentido, corrobora-se com o alerta de Neira (2018) ao dizer que a BNCC surge no país durante um golpe político-jurídico. Tal golpe vem retirando direitos dos cidadãos brasileiros e encaminhando um regime antidemocrático liderado por grupos conservadores e empresariais. Assim, o autor destaca alguns pontos da publicação do documento: a) a pretensão e arrogância do documento em indicar e definir as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental em um país como o Brasil; e b) apesar de garantir aos estudantes o direito de aprender sobre os conteúdos da cultura corporal, quem deve escolher os aspectos desses conteúdos a ensinar é o professor, levando em consideração o contexto de atuação.

O município do Rio Grande, localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, a partir de sua Secretaria de Município da Educação – SMed, seguindo orientações presentes na BNCC (BRASIL, 2017a) e no Referencial Curricular Gaúcho – RCG (RIO GRANDE DO SUL, 2018), publicou no ano de 2019 o Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino – DOCTR. Este consiste num referencial para oportunizar às escolas públicas e privadas a reorganização dos seus currículos, garantindo o alcance dos direitos de aprendizagem aos alunos (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2019a).

O objetivo da elaboração de um documento próprio, organizado pela equipe pedagógica da SMed, foi o de atender às particularidades geográficas, econômicas e culturais do território, auxiliando as escolas de rede pública e privada na (re)elaboração de seus currículos. Apesar dos documentos da BNCC e do RCG terem sido aprovados e publicados nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, as ações para a elaboração do DOCTR se iniciaram no ano de 2015.<sup>2</sup> Nesse ano, foram organizados encontros formativos

<sup>2</sup> Os dados relativos ao processo de construção do DOCTR foram escritos com base em uma entrevista realizada com a Assessora de Educação Física da SMed – Rio Grande/RS. Essa entrevista ocorreu no ano de 2019 e foi realizada pela primeira autora deste artigo.

entre professores e gestores com a pauta “discussão sobre currículo” para os diferentes níveis, etapas e modalidades da Educação Básica. Nesses encontros, a primeira versão da BNCC, construída em 2015, foi discutida e os professores foram incentivados a participarem e contribuírem, por meio de uma consulta pública organizada pelo Ministério da Educação, com a elaboração do documento.

No ano de 2017, houve um movimento de estudo da terceira versão da BNCC entre os professores da rede municipal, momento em que foram destacados os desafios impostos pelo documento ao território rio-grandino. No ano seguinte, a partir da realização do 8º Congresso Municipal de Educação – COMED, as ações para a construção do DOCTR foram intensificadas. Durante o evento, o foco não foi a discussão da BNCC em si, mas estimular gestores, professores e comunidade escolar a revisarem os currículos escolares.

Em 2019, por meio do Núcleo de Orientação e Supervisão – NOS, da SMEd, foi proposto aos gestores das escolas municipais a realização de Planos de Ação, entendidos como momentos de formação realizadas no “chão da escola”, com o intuito de atender às necessidades de cada comunidade escolar. Nesses planos foi sugerido a promoção de formações continuadas com os professores para a discussão dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs, e os regimentos internos das escolas, adequando-os ao proposto na BNCC.

Além disso, em 2019 foi proposta uma consulta pública, por meio do site da SMEd, local em que toda a comunidade rio-grandina pode colaborar com a construção do DOCTR. Essa consulta teve o intuito de tornar democrático o processo de construção desse documento a partir da participação das diferentes redes de ensino do Rio Grande/RS. Nela, os cidadãos puderam estudar os documentos da BNCC e RCG, registrando as suas contribuições naquilo que entendessem ser pertinente para o território e que deveria conter no DOCTR. As contribuições puderam ser feitas para todas as áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da

natureza, ciências humanas e ensino religioso) e os componentes curriculares vinculados a elas (língua portuguesa, arte, Educação Física, língua espanhola, língua inglesa, matemática, ciências, geografia, história e ensino religioso).

Pertinente à Educação Física, os registros com as sugestões poderiam ser feitos para cada unidade temática dos diferentes anos do Ensino Fundamental, sendo elas as práticas corporais: brincadeiras e jogos, ginásticas, esportes, danças, lutas e práticas corporais de aventura.

De forma a organizar as informações oriundas da consulta pública, a SMEd formou equipes técnicas compostas por professores das diferentes áreas do conhecimento. No decorrer de 2019, tais equipes trabalharam com o propósito de aproximar as contribuições da comunidade com o que estava sendo proposto no DOCTR.

Para a Educação Física, foram formadas duas equipes técnicas: uma representou a Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a outra os Anos Finais do Ensino Fundamental. Essas equipes contaram com professores da rede municipal de ensino e com uma professora do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O trabalho dessas equipes consistiu em analisar os dados recolhidos na consulta pública, de forma a elaborarem a primeira versão da parte destinada a Educação Física no DOCTR. Um dos pontos de destaque, que guiou o trabalho dessas equipes, foi entender a BNCC como um documento normativo, porém, as características do território rio-grandino em relação às práticas corporais possíveis de serem realizadas na cidade seriam levadas em consideração. Como exemplo, destacaram a singularidade do município ser rodeado por águas, tanto do Oceano Atlântico como da Laguna dos Patos, fato que valoriza modalidades como surf, natação, *stand-up-paddle*, entre outras (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2019a).

O trabalho das equipes originou um documento preliminar, contendo, além do obrigatório pela BNCC, as contribuições da co-

munidade. Devido ao baixo número de contribuições na primeira consulta pública relativa aos Anos Finais do Ensino Fundamental, o Núcleo dos Anos Finais – NAF da SMEd, por meio das assessorias pedagógicas, organizou momentos formativos aos professores de cada área do conhecimento. O objetivo foi proporcionar um espaço de discussão e contribuição para a construção do documento.

Para Educação Física, a formação aconteceu em outubro de 2019, momento em que os professores puderam analisar o documento específico da disciplina, especialmente, as habilidades a serem desenvolvidas em cada ano escolar. O objetivo desse encontro foi coletar o máximo de contribuições de maneira a deixar o documento mais adequado às realidades escolares.

As ações mencionadas culminaram na finalização do documento, o qual foi publicado no final do ano de 2019 pelo Conselho Municipal de Educação por meio do parecer 19/2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2019b). A orientação dada pela SMEd é de que o DOCTR seja uma referência para as escolas públicas e privadas de Educação Básica do Município construírem ou revisarem seus PPPs.

De forma a contribuir com a análise das potencialidades e limitações da BNCC para a Educação Física e a sua efetiva inserção no contexto escolar, esta pesquisa pretende responder as seguintes questões: a. Como está ocorrendo o processo de implementação da BNCC da Educação Física nas escolas municipais de Ensino Fundamental da cidade do Rio Grande/RS?; b. Como os professores de Educação Física das referidas escolas percebem o processo de implementação da BNCC da Educação Física?; c. Como os professores de Educação Física estão tomando a BNCC como referência para os seus planejamentos de ensino dos conteúdos previstos no documento?

## Metodologia

Quatro professores e duas professoras de Educação Física de turmas dos Anos Iniciais e/ou Finais do Ensino Fundamental de escolas municipais da cidade do Rio Grande/RS participaram desta pesquisa do tipo qualitativa. A escolha dos participantes se deu por conveniência, sendo escolhidos professores de escolas de diferentes bairros da cidade. Após convite a esses professores, formalizado via e-mail, participaram aqueles que aceitaram, de forma voluntária, fazer parte da pesquisa, sendo denominados de: P1; P2; P3; P4; P5; P6.

Como características da amostra deste estudo, destaca-se: todos residem na cidade do Rio Grande/RS, local no qual desenvolvem as suas atividades profissionais; a maioria nasceu na década de 1980 e concluiu sua graduação entre os anos de 2006 e 2014, à exceção de P6, que nasceu no final na década de 1960 e concluiu sua graduação em Educação Física em 1992. Entre as universidades em que concluíram a formação em Licenciatura em Educação Física estão: UFPel (Universidade Federal de Pelotas); FURG (Universidade Federal do Rio Grande) e Urcamp (Centro Universitário da Região da campanha). Todas as universidades estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul. No que concerne ao tempo de serviço nas escolas do município, a amostra varia de 1 a 28 anos. A maioria dos professores trabalha com turmas de alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, sendo que apenas a P6 atua com os Anos Iniciais numa escola municipal e com os Anos Finais numa escola Estadual. A maioria dos professores atua 40h semanais nas escolas do município e mantém outra atividade profissional com a Educação Física, sendo em academias de ginástica ou como docente do Ensino Superior a nível privado.

O desenvolvimento desta pesquisa contou com a aprovação da SME. O contato com a secretaria foi formalizado por meio de uma conversa entre a pesquisadora principal deste estudo e o superintendente de gestão pedagógica, o qual estava responsável no momento pela coordenação dos professores de Educação Física.<sup>3</sup> Nessa conversa, foi explicado ao superintendente os objetivos da

<sup>3</sup> A assessora pedagógica dos professores de Educação Física do município do Rio Grande/RS estava afastada da função por motivo de licença maternidade.



pesquisa, os procedimentos adotados, os possíveis riscos e benefícios deste estudo, a participação voluntária e a confidencialidade da identidade dos participantes. Ao final da conversa, o superintendente assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dando anuência para a execução da pesquisa.

De forma a respeitar os procedimentos necessários à realização de pesquisas com seres humanos, conforme previsto na resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de saúde (BRASIL, 2016), esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Área da Saúde (CEPAS) da FURG.

Os professores que aceitaram participar do estudo foram convidados a conceder uma entrevista do tipo semiestruturada (FERREIRA; AMADO, 2013). Para a condução da entrevista foi utilizado um roteiro organizado em diferentes blocos de perguntas com os seguintes temas: legitimação da entrevista, caracterização do entrevistado, prática pedagógica com a Educação Física, conhecimento sobre a BNCC, perspectivas em relação a BNCC e validação da entrevista. As perguntas contidas nesse roteiro foram avaliadas a partir de uma entrevista piloto com um professor de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental, o qual não fez parte da amostra deste estudo.

As entrevistas foram realizadas de forma individual e ocorreram nas dependências da escola a qual o professor lecionava. Anterior ao início da entrevista, foi solicitada permissão para a gravação, por meio de um gravador de áudio, assim como a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi informado aos professores que não era necessário responder aos questionamentos que não se sentissem à vontade, ficando livres, inclusive, para desistirem de participar da entrevista a qualquer momento.

Os dados produzidos nas entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A primeira atividade foi a realização das transcrições das entrevistas, na sua totalidade, em um documento no formato Word. Após repetidas leituras

atentas e exploratórias dessas transcrições, foram elaboradas unidades de registros. Essas são entendidas como as proposições (frases ou elementos de frases) analisadas e recortadas do discurso dos participantes do estudo, as quais possuem sentido próprio. A criação das unidades de registro e o processo de agrupamento delas facilitou, posteriormente, a criação de categorias com a intenção de responder aos objetivos da investigação.

## Resultados e discussão

De acordo com as questões que conduziram esta pesquisa, foram criadas três categorias: a. Implementação da BNCC nas escolas municipais; b. Pontos positivos e negativos da BNCC; c. Adequação do ensino à BNCC.

Na primeira categoria, “Implementação da BNCC nas escolas municipais”, foram reunidas respostas dos professores em relação aos conhecimentos que tinham, no momento da pesquisa, sobre o documento da BNCC e quais as orientações passadas pela SMEd sobre a implementação desse documento nas escolas.

A maior parte dos professores demonstrou ter conhecimento da BNCC, ainda que superficial: “Como já diz, é uma base que a gente tem que se basear para montar as nossas aulas, montar o nosso planejamento” (P1, entrevista, out. 2019); “O que eu vi é que é uma base com muitos conteúdos que a gente teria que dar conta nos seguimentos que estamos atendendo” (P3, entrevista, out. 2019).

Uma das possíveis explicações para a falta de mais informações dos professores sobre a BNCC pode ser pela data de publicação do documento e a realização da pesquisa. A BNCC, como já mencionado, foi publicada no ano de 2017 e as escolas, conforme consta no documento, tinham o prazo para adequar os seus currículos até o ano de 2020 (BRASIL, 2017b).

Ao mesmo tempo, percebeu-se que os professores tomaram conhecimento da BNCC a partir das formações continuadas oferecidas pela SMEd e/ou reuniões da escola: “Fiquei sabendo através da formação, acho que foi no dia 2 de outubro [2019], tivemos uma formação com a nossa supervisora” (P2, entrevista, out. 2019); “A gente teve algumas reuniões no começo do ano, mas mais direcionadas às habilidades que tu tens que trabalhar, aos conteúdos que tem que trabalhar” (P6, entrevista, out. 2019).

Dentre as principais informações passadas pela SMEd nas formações referidas, conforme P1, versaram sobre a apresentação do documento<sup>4</sup> produzido pelo município que será utilizado pelas escolas nos próximos anos.

Por enquanto a única informação foi nessa formação. Até agora a gente não tem nada em específico. Primeiro, estamos construindo o documento e parece que no ano que vem [2020] teremos formações para o professor trabalhar o que está sendo pedido no documento. (P1, entrevista, out. 2019).

As formações oferecidas para os professores, assim como os momentos de diálogo nas reuniões escolares, demonstraram que a SMEd do Rio Grande/RS procurou oferecer um espaço de escuta e debate sobre a implementação da BNCC junto aos professores. Conforme Sena *et al.* (2016), o papel de uma secretaria de educação é muito maior do que fiscalizar e instruir professores, mas oportunizar momentos e mediar a construção de conhecimentos para serem aliados às suas práticas pedagógicas.

Apesar desse espaço de construção ter sido oferecido a todos os professores do município, P2 ressaltou a baixa participação dos professores de Educação Física: “Não tinha um número considerável, na formação tinha 15 professores, sendo que nós temos aproximadamente 60 professores” (P2, entrevista, out. 2019).

4 O documento aqui referido é o DOCTR, o qual no momento da pesquisa estava em processo de construção.

Esse fato demonstra que apesar de ter sido oferecido espaço aos professores para participarem da construção do DOCTR, a maioria não teve a oportunidade de contribuir com os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua experiência profissional, o que já foi constatado por Moreira *et al.* (2016), os quais observam que as políticas curriculares são aplicadas de forma hierárquica, não oportunizando à comunidade escolar, pessoas que realmente conhecem a complexidade que envolve a prática pedagógica, participação na sua construção.

Na segunda categoria são expostas as opiniões dos professores no que tange os pontos positivos e negativos da implementação da BNCC nas escolas do município. A maioria deles ressalta como ponto positivo a possibilidade de ensino de mais conteúdos nas aulas de Educação Física: “Eu acho que tem pontos positivos. Um deles é esse leque de novos vivenciais corporais, novas abordagens em relação à cultura do movimento” (P1, entrevista, out. 2019); “Vai nos ajudar a querer sair do comodismo de só dar os esportes” (P3, entrevista, out. 2019); “Talvez algo bom do BNCC seria isso de implementar coisas novas” (P5, entrevista, out. 2019).

Ao mesmo tempo, de acordo com P4 e P5, poderá haver uma maior uniformização/padronização no ensino da Educação Física: “Percebo alguns pontos positivos, tipo a ideia inicial de padronizar, vamos dizer assim, todo o ensino independente da região ou escola” (P4, entrevista, out. 2019); “Já como tem uma padronização, todo mundo deveria fugir de largar a bola, de só futebol” (P5, entrevista, out. 2019).

Boscatto, Impolcetto e Darido (2016), após uma revisão em estudo publicados no campo da Educação Física sobre a sistematização dos conteúdos de ensino desse componente curricular, encontraram a necessidade de uma definição e organização dos conteúdos a serem ensinados por anos escolares, assim como do desenvolvimento de uma proposta para auxiliar os professores a elaborarem seus currículos, adaptando as necessidades e interesses dos alunos e do projeto pedagógico da escola. Dessa forma, alguns autores salientam, assim como os professores desta pes-

quisa, como benefícios da BNCC uma maior organização dos conteúdos da Educação Física, fato que pode garantir maior equidade no ensino aos alunos (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016; SENA *et al.*, 2016; DINIZ; DARIDO, 2019; RIBAS *et al.*, 2019).

Sobre os pontos negativos, alguns professores ressaltaram que a quantidade/diversidade de conteúdos a ensinar, expostos na BNCC, poderá não ser viável: “O negativo é que tem muita coisa. As vezes tem muita coisa em pouco tempo” (P1, entrevista, out. 2019); “Além disso, essa barreira de alguns anos de não ter outra atividade fora do futebol, acredito que essas outras modalidades, Dança, Lutas, por exemplo, ser inserido na área da escola assim, de uma hora pra outra, é muito difícil” (P5, entrevista, out. 2019).

Para Rodrigues (2016), é importante observar a forma como a BNCC foi estruturada e se ela se caracteriza mais como um currículo máximo da escola do que apenas uma orientação. Como já referido, a BNCC é um documento normativo que deve servir de base para a construção ou reformulação dos currículos escolares (BRASIL, 2017b). O autor alerta que, para a Educação Física, são propostos objetivos de aprendizagem que já tomariam todo o tempo pedagógico da disciplina na escola, tendo em vista a baixa carga horária curricular destinada a ela.

Ressalta-se que os professores, assim como a comunidade, devem assumir o protagonismo e a autonomia de organizar o planejamento e executar a sua prática pedagógica, com base nos problemas enfrentados no cotidiano escolar (BOSCATTO, IMPOLCETTO; DARIDO, 2016; NEIRA, 2018). Um desses problemas é referido abaixo como outra dificuldade possível de ser enfrentada com a implementação do documento.

Todos os professores colocaram que a falta de estrutura e material na escola poderá ser uma barreira ao ensino de alguns conteúdos presentes na BNCC.

E o que a gente tem de material aqui? Bola. Não tem outra coisa. Por exemplo, vou para um esporte como o *slackline*. Vou prender aonde aqui? Prendo num poste desses e quebra, aí não dá. Eu posso comprar ou, vamos supor, eu tenho, tudo bem. Mas e

aí? E um para uma turma de 30? Quantas vezes eles vão experimentar naquela aula de 45 minutos? Então, é tudo o que a gente pensa. Vai oportunizar, mas não sei até que ponto. Tentar a gente vai, a gente leu e tudo. (P3, entrevista, out. 2019, grifo nosso).

As dificuldades mencionadas já são problemas corriqueiros e que trazem limites para a execução das aulas de Educação Física na escola (GASPARI *et al.*, 2006; REZER, 2007). Pesquisas publicadas sobre Educação Física e BNCC salientam que será preciso investir nas condições físicas e materiais nas escolas para que, de alguma forma, os objetivos de aprendizagem preconizados no documento sejam minimamente alcançados (RUFINO; SOUZA NETO, 2016; SOUZA *et al.*, 2019)

Ademais, para P6, a quantidade dos conteúdos para ensinar vai exigir mais conhecimentos dos professores: “É porque algumas coisas que se colocou ali para serem trabalhadas tu não tens espaço e nem material e às vezes nem conhecimento para trabalhar” (P6, entrevista, out. 2019). P1 salienta a necessidade de estudo: “Acho que tem que ter bastante estudo. Tem conteúdos bem fora da nossa realidade. Como a parte dessas lutas brasileiras, danças e coisas mais folclóricas, coisas que temos que ir mais afundo para descobrir o que é” (P1, entrevista, out. 2019).

Essa maior necessidade de estudo e conhecimento deverá acarretar maior investimento na formação inicial e continuada dos professores (SOUZA *et al.*, 2019). Conforme Rufino e Souza Neto (2016), os professores poderão ter dificuldade de alcançar os objetivos de aprendizagem exigidos na BNCC devido aos problemas assistidos no Brasil em relação à formação docente. Alguns autores colocam que uma das principais limitações na formação em Educação Física é a dificuldade dos professores de aliar a teoria com a prática, acarretando a fragmentação do conhecimento e numa atuação instrumental (BARBOSA-RINALDI, 2008; DORNELES; NASCIMENTO; SHIGUNOV, 2012).

Na terceira categoria, foram reunidas as respostas no que concerne às ações dos professores para implementar a BNCC nas suas aulas. Em relação à utilização dos conteúdos da BNCC,

a maioria expressou ensinar os esportes, sendo que alguns aliam o ensino desse conteúdo com jogos, lutas, danças, ginástica e práticas corporais de aventura: “Eu utilizo alguns, como a ginástica, a dança, as danças indígenas, lutas brasileiras, práticas corporais de aventura, a parte dos esportes a gente trabalha cada ano uma modalidade” (P1, entrevista, out. 2019) e “Já trabalho com o futsal, futebol, vôlei, basquete e comecei a trabalhar depois de conhecer alguns conteúdos da BNCC a partir do ano passado. Esse ano mesmo eu estou trabalhando com lutas, que era um conteúdo que eu não trabalhava” (P2, entrevista, out. 2019).

Segundo a análise de Neira (2018) sobre a BNCC da Educação Física, há a predominância do conteúdo esportivo sob os demais. A questão da hegemonia do esporte nas aulas de Educação Física acompanha, desde a década de 1960, principalmente, a história dessa disciplina na escola (DARIDO, 2003). Limitar o ensino de modalidades esportivas contribuiu pouco para o aprendizado dos diferentes elementos da cultura corporal pelos alunos (CHICATI, 2000; BETTI; ZULIANI, 2002; OSBORNE *et al.*, 2016).

Analisou-se diferentes perspectivas dos professores sobre a produção e utilização da BNCC e do DOCTR. O P1 ressaltou a possibilidade de trabalhar com o conteúdo Jogos Eletrônicos:

Nós sugerimos [na formação oferecida pela SMEd] algumas coisas, falamos [professores de Educação Física] algumas coisas sobre os jogos eletrônicos, por exemplo, como vamos trabalhar? Qual o objetivo disso? Algumas pessoas alegaram que não era interessante. Mas, a gente buscou pelo lado de usar eles como uma maneira de pensar os jogos eletrônicos, tanto o lado positivo como o lado negativo, mais da vivência deles [alunos]. (P1, entrevista, out. 2019).

O P3 destacou a participação dos professores na elaboração do DOCTR, fato que proporcionou maior escuta pela SMEd: “[Na formação] a gente podia sugerir, mas não podia retirar. Podia sugerir alterações. Por exemplo, 10 conteúdos diferentes no ano

tu não vai conseguir. Então a gente comentou, os colegas todos comentaram, sobre isso. A gente até pode tentar” (P3, entrevista, out. 2019).

O P5 observa que as sugestões dadas pelos professores nessa formação foram pouco utilizadas:

Na última formação que eua fui, as pessoas acho que já tinham ido em uma outra e falaram: “Ah, tudo aquilo que a gente falou na última reunião nada foi colocado. Então, por que nos chamaram aqui?” Isso entra num descrédito absurdo. Porque tu chama uma pessoa pra reunião, aí a pessoa fala a opinião dela, e aí tu retorna com ela e ela vê que nada do que ela falou foi levado adiante. (P5, entrevista, out. 2019).

De modo pessimista, P6 manifesta sua percepção quanto à impossibilidade de mudança no ensino da Educação Física e implementação do documento:

Eu acho que é mais uma coisa só para ficar no papel porque vai ser inviável de implementar. Eu acho que é uma coisa que quem inventou não é quem está na sala de aula vendo a realidade dos alunos, vendo a realidade da escola, as condições materiais, físicas, entre outras coisas. (P6, entrevista, out. 2019).

As perspectivas dos entrevistados demonstraram que apesar da escuta dos professores de Educação Física, por parte da SMED, ter ocorrido para a construção do DOCTR, não há garantias de que a implementação desse documento se efetive nas escolas do município. O mesmo entendimento prevalece para BNCC e RCG. Para Rufino e Souza Neto (2016), é importante destacar que os professores não são meros aplicadores de teorias, normas ou propostas curriculares, mas os protagonistas da sua prática pedagógica.

Ao mesmo tempo, Sena *et al.* (2016) entendem que a BNCC pode ser utilizada como uma ferramenta que auxiliará na construção dos currículos escolares e orientará os conhecimentos que



deverão ser ensinados aos alunos em cada ano escolar. A BNCC, ou qualquer outro documento orientador construído a partir dela, deve viabilizar que as particularidades dos contextos educacionais sejam consideradas, assim como a autonomia da escola e do professor na escolha dos conteúdos e aspectos que envolvem a sua prática (SOUZA *et al.*, 2019).

## Conclusão

As entrevistas realizadas indicam que o processo de implementação da BNCC em Rio Grande/RS está ocorrendo por meio da produção do DOCTR. Esse documento, construído em colaboração com os professores da rede, procura proporcionar um ensino mais contextualizado às características territoriais da cidade.

Com base nos dados produzidos com os participantes da pesquisa, obtivemos pontos positivos e negativos referentes à publicação da BNCC. Dos positivos, tem-se a possibilidade de ensino de mais conteúdos e a sistematização desses por ano escolar. Por outro lado, os negativos apontam para a inviabilidade de se trabalhar com todos os conteúdos exigidos pelos documentos, assim como, a falta de estrutura física e material das escolas.

No que tange ao processo de implementação do documento, alguns professores destacam já desenvolver alguns dos conteúdos exigidos. Outros destacam que implementar esses documentos, na forma como é exigido, será inviável e não trará benefícios para a Educação Física. Contudo, observa-se o esforço feito pela SMED para aproximar o documento da BNCC das principais características do município, buscando um ensino mais contextualizado para os estudantes. No entanto, possivelmente pelo ano de realização desta pesquisa, os professores ainda demonstraram pouco domínio do documento, impossibilitando a apresentação de dados sobre como estão elaborando suas aulas a partir do DOCTR.

Em conclusão, ainda que reconheçamos o caráter normativo que regulamenta o uso da BNCC como base para propostas pedagógicas, é urgente ponderarmos sua apropriação como currículo máximo. A exigência de se implementar um único documento, padronizando o ensino de determinados conteúdos, tende a não considerar características culturais e sociais próprias das regionalidades diversas que compõem o Brasil. Portanto, sugere-se que mais estudos sejam conduzidos sobre essa temática e que continuem acompanhando o processo de implementação da BNCC e as implicações para a prática pedagógica dos professores de Educação Física e à aprendizagem dos estudantes na escola.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Resolução N° 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017a.

BRASIL. Resolução CNE/CP N° 2 de 20 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das**

**etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** Brasília: CNE/CP, 2017b.

BETTI, M.; ZULIANI, L. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e esporte**, Bauru, ano 1, n. 1, p. 73-81, 2002.

BOSCATTO, J. D.; IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 96-112, 2016.

BARBOSA-RINALDI, I. Formação Inicial em Educação Física: uma nova epistemologia da prática docente. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 185-207, 2008.

CHICATI, K. C. Motivação nas aulas de Educação Física no ensino médio. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 97-105, 2000.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DINIZ, I. K. dos S.; DARIDO, S. C. O que ensinar sobre dança no ensino médio? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 1-23, 2019.

DORNELES, C.; NASCIMENTO, J.; SHIGUNOV, V. Relação teoria e prática da Educação Física no ensino fundamental. *In*: FOLLE, A.; FARIAS, G. **Educação Física**: prática pedagógica e trabalho docente. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012. p. 171-193.

FERREIRA, S.; AMADO, J. Entrevista na investigação educacional. *In*: AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 207-232.

GASPARI, T., C. *et al.* A realidade dos professores de Educação Física na escola: suas dificuldades e sugestões. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 109-137, 2006.

MOREIRA, L. R. *et al.* Apreciação da base nacional comum curricular e a educação física em foco. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, 2016.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, n. 40, v.3, p. 215-223, 2018.

OSBORNE, R. *et al.* Obstacles for physical education teachers in public schools: an unsustainable situation. **Motriz**, Rio Claro, v. 22, n. 4, p. 310-318, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Secretaria de Município da Educação. **Documento orientador curricular do território rio-grandino: ensino fundamental**. V. 2. Rio Grande: SMed, 2019a.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Parecer 19/2019 de 10 de dezembro de 2019**. Orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho - RCG e institui o Documento Orientador da Base Comum Curricular do Território Municipal no Rio Grande como obrigatórios ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica do Território Municipal do Rio Grande. Rio Grande: Conselho Municipal de Educação, 2019b.

REZER, R. Relações entre conhecimento e prática pedagógica no campo da Educação Física: pontos de vista... **Motrivivência**, Florianópolis, ano XIX, n. 28, p. 38-62, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 345, de 12 de dezembro de 2018. **Institui e orienta a implementação do referencial Curricular Gaúcho -RCG**. Conselho estadual de Educação do Rio Grande do Sul, 2018.

RODRIGUES, A. T. Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 32-41, 2016.

RIBAS, J. F. M. *et al.* Aproximações da praxiologia motriz com o conceito de organização interna na Base Nacional Comum

Curricular-Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 54331, p. 1-12, 2019.

RUFINO, L. G. B.; SOUZA NETO, S. de. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da profissionalização do ensino. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 42-60, 2016.

SENA, D. C. S. *et al.* A BNCC em discussão na formação continuada de professores de Educação Física: um relato de experiência – Natal/RN. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 227-241, 2016

SOUZA, A. L. de *et al.* A Base Nacional Comum Curricular e seus desdobramentos para a Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 59, p. 1-16, 2019.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.